DIÁRIO OFICIAL DO
LEGISLATIVO

Ano XII - Nº 4.937

Terça-feira, 21 de Fevereiro de 2017

Fotos: Reginaldo Ipê

Secretário Paulo Souto apresenta o balanço fiscal de 2016

A audiência pública foi conduzida pelo vereador Tiago Correia, presidente da Comissão de Finanças





“Num período em que estados e prefeituras têm vivido momentos difíceis, a capital baiana deu um exemplo para o Brasil na condução das finanças públicas”, afirmou o secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto, durante a apresentação da Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2016, realizada na manhã de segunda-feira (20), no Centro de Cultura.

Leia mais na página 3



Comissão cobra fiscalização da Lei "Antibaixaria" no Carnaval

Ireuda Silva e Ana Rita Tavares se reuniram com o secretário Claudio Tinoco, que parabenizou a iniciativa

Em visita à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult), na manhã de sexta-feira (17), integrantes da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara Municipal reiteraram a importância de fiscalização da Lei Municipal nº 8.286/12, conhecida como Lei "Antibaixaria". Na ocasião, as vereadoras Ana Rita Tavares (PMB) e Ireuda Silva (PRB) se reuniram com o secretário Claudio Tinoco para alertar sobre a necessidade de cumprimento da legislação durante o Carnaval.

A Lei "Antibaixaria" proíbe o uso de recursos públicos do Município para contratação de artistas e bandas que em suas músicas ou coreografias desvalorizem e incentivem a violência ou exponham as mulheres a constrangimentos.



Fotos: Assessoria da vereadora Ireuda Silva

Reunião aconteceu na Secretaria de Cultura e Turismo



"Me falta entendimento, como artistas renomados que elevam nossa cultura musical e alavancam o carnaval, vendendo esse cartão postal, podem ao mesmo tempo denegrir a figura feminina com músicas ofensivas, remetendo ao duplo sentido e promovendo a violência e a baixaria?", questionou Ireuda, suplente do colegiado.

A proposição foi apresentada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e sancionada pelo Executivo municipal em 2012. A iniciativa apoia o projeto aprovado antes na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), de autoria da deputada Luiza Maia (PT).

Firmeza e orientação

O rigor da fiscalização durante o Carnaval foi solicitado pelas vereadoras Ireuda e Ana Rita. Diante disso, o secretário Claudio Tinoco afirmou que haverá firmeza na fiscalização e orientação aos contratantes, sob o risco de aplicação de multa no valor equivalente ao cachê de contratação do artista.

Segundo Tinoco, a fiscalização acontecerá através de ocorrências registradas nos postos operacionais da Saltur (Empresa Salvador Turismo). Em tempo, o titular da pasta parabenizou a iniciativa da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara por chamar a atenção para um tema de total importância.

Por fim, Ireuda lembrou que mesmo com a liberdade de expressão do artista, a distorção de valores musicais é inadmissível. "A Bahia é reconhecida por uma riqueza de cultura musical e essas letras ofensivas agridem não só as mulheres, mas toda sociedade", ressaltou.



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
O Poder do Cidadão

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Leo Prates
leoprates@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Orlando Palhinha
orlandopalhinha@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Toinho Carolino
toinhocarolino@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Joceval Rodrigues
jocevalrodrigues@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Tiago Correia
tiagocorreia@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
Ana Rita Tavares
anaritatavares@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Luiz Carlos Suíca
luizcarlossuica@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário-Chefe
José Pacheco Maia Filho
pacheco.maia@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

SISTEMA DE GESTÃO QUALIDADE TÜVRheinland Brasil NBR ISO 9001

Sefaz mostra na Câmara equilíbrio das contas de Salvador

Balanço fiscal de 2016 foi apresentado pelo secretário Paulo Souto em audiência da Comissão de Finanças



Vereador Tiago Correia com o secretário Paulo Souto

"Num período em que estados e prefeituras têm vivido momentos difíceis, a capital baiana deu um exemplo para o Brasil na condução das finanças públicas", afirmou o secretário municipal da Fazenda, Paulo Souto, durante a apresentação da Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2016. A audiência pública foi conduzida pelo vereador Tiago Correia (PSDB), presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal, na manhã desta segunda-feira (20), no Centro de Cultura.

"A prefeitura fez um ajuste, restringiu alguns gastos e, mesmo diante de um cenário de crise, conseguiu realizar a programação fiscal do último quadrimestre de 2016. Acreditamos que 2017 será um ano bem planejado e que a execução orçamentária vai atender ao que os munícipes esperam", disse Tiago Correia.

"É importante destacar que as obrigações da prefeitura com seus servidores e prestadores de serviços foram mantidas em dia e não houve interrupção de projetos sociais. Ao contrário, as ações foram ampliadas", destacou Souto durante a apresentação que foi acompanhada pelo subsecretário Walter Cairo.



Contas

Além do equilíbrio fiscal, o secretário Paulo Souto destacou que a prefeitura conquistou maior autonomia sobre suas receitas e reduziu sua dependência em relação a transferências constitucionais. O crescimento das receitas próprias foi de 63% entre 2013 e 2016.

No ano passado, as receitas totais do município tiveram uma queda real de 1,20%. As receitas tributárias caíram 2,50% e as transferências correntes aumentaram 2,16% em virtude de receitas excepcionais, como a da repatriação dos recursos.

Quanto às receitas tributárias, o destaque positivo ficou com o Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana (IPTU), que teve um crescimento real de 2,90%. Principal receita municipal, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), no entanto, caiu 6,20%, devido à retração no setor de serviços.

Souto afirmou que o controle das despesas totais foi imprescindível para a manutenção do equilíbrio fiscal do município. "A prefeitura sempre manteve o valor das despesas abaixo da receita. As despesas totais sofreram uma queda real de 3,41%, alcançando R$5,68 bilhões. Essa redução compensou a diminuição da receita em 1,20%".

O secretário disse que os gastos com pessoal atingiram 47% do total, enquanto as outras despesas correntes, que abrangem o custeio e as ações de manutenção da cidade, chegaram a 52,6%.

"A grande redução da dívida do município foi um dos principais resultados obtidos em 2016: a dívida consolidada líquida que era de R$ 1,3 bilhão em 2015 foi reduzida a R$ 298 milhões, menos 77%", disse Souto. Na avaliação do secretário, esse avanço eleva a capacidade de endividamento total da prefeitura para R$ 5 bilhões e para R$ 847 milhões o limite anual, o que torna possível novas operações de crédito.

Equilíbrio

Em 2016, a prefeitura manteve o investimento em saúde e educação acima dos índices obrigatórios de 15% e 25%, respectivamente. "Na educação, os gastos foram superiores a R$ 1 bilhão e o índice foi de 27,61%, o que significa R$ 95 milhões a mais que o mínimo legal. Vale destacar que 86% dos recursos foram próprios do município", enfatizou.

Na saúde, o valor dos recursos próprios foi de R$ 687 milhões e o índice alcançado foi de 19,07%, R$ 146 milhões a mais que o mínimo previsto legalmente. "Se considerarmos as despesas totais na saúde, incluindo as transferências, elas alcançaram R$1,37 bilhão", disse.

Vereadores comentam a apresentação do secretário Paulo Souto

Fotos: Reginaldo Ipê



Membro da Comissão de Finanças, o vereador Felipe Lucas (PMDB), parabenizou a prefeitura pelo equilíbrio das contas. "Alegra-me ver que o município entra em 2017 com as contas em dia apesar da crise que toma conta do nosso país", destacou o vereador.

A vereadora Marta Rodrigues (PT) chamou atenção para alguns pontos da apresentação como despesas com publicidade e terceirizados. "Alguns itens me preocupam como a amortização da dívida e a aposentadoria dos servidores", destacou. O secretário Paulo Souto explicou que os recursos para a aposentadoria estão garantidos.

A vereadora Aladilce Souza (PCdoB) pediu que fosse feita uma avaliação da reforma tributária realizada no início da gestão. "Precisamos de uma apresentação global sobre a aplicação e arrecadação dos tributos para termos condição de avaliar essa reforma", disse a vereadora. "Quando se alcança o equilíbrio fiscal, é possível avançar mais", parabenizou o vereador Téo Senna (PHS).

Também compareceram à apresentação os vereadores Orlando Palhinha (DEM), Sidninho


Foto: https://i.ytimg.com

Moisés preside Comissão Especial do Carnaval

Função do colegiado é observar e propor melhorias para a festa

Presidida pelo vereador Moisés Rocha (PT), a Comissão Especial do Carnaval funcionará durante os dias de folia como uma espécie de observatório da festa. "Vamos estar atentos a tudo que disser respeito ao Carnaval, ouvir entidades ameaçadas de não desfilar ou que estiverem enfrentando algum problema, observar o funcionamento do esquema montado e apontar sugestões para melhorar a organização nos próximos anos", frisou Moisés.

Ele vai agendar reunião do colegiado para o início da semana, com o objetivo de estruturar a participação dos vereadores durante os dias de festa. Integram a Comissão do Carnaval, ainda, Felipe Lucas (PMDB), que é o vice-presidente; Marcelle Moraes, Henrique Carballal e Paulo Magalhães, do PV; Igor Kanário (PHS), Kiki Bispo (PTB), Duda Sanches (DEM) e Suíca (PT).

Festas populares

O objetivo, reforça Moisés, é repensar o Carnaval de Salvador: "Não reinventar a roda, mas resgatar muito da tradição perdida". Segundo ele, todos os integrantes do colegiado têm afinidade com a folia, incluindo dois músicos, Igor Kanário e Felipe Lucas.

Moisés lembra que a Comissão do Carnaval foi instituída pela primeira vez no início da legislatura passada, tendo sido presidida pelo vereador Henrique Carballal. "Fiz parte do colegiado e tivemos uma atuação muito ativa, estudando todos os aspectos da festa e apontando soluções e melhorias. Infelizmente depois houve uma amortecida, mas é da maior importância essa retomada, para que possamos trabalhar também no pós-carnaval", explicou.

Apesar do foco principal ser o Carnaval, o vereador ressalta que a Comissão atuará também em relação às demais festas populares de Salvador. "Temos a intenção de resgatar o caráter popular das nossas festas, com a convicção de que não precisamos copiar culturas de outras cidades, pois a nossa é muito rica. Um exemplo foi a Lavagem de Itapuã, na quinta-feira (16), única que permanece sendo organizada pela comunidade".

Fotos: Antonio Queirós


Vereador Moisés Rocha

Lorena Brandão é a presidente da Comissão de Revisão da LOM

Colegiado tem prazo de seis meses para apresentar propostas que poderão integrar o projeto final de alteração

A vereadora Lorena Brandão (PSC) foi nomeada pelo presidente da Câmara, Leo Prates (DEM), presidente da Comissão Especial de Revisão da Lei Orgânica do Município (LOM). Integram o colegiado, estará Alexandre Aleluia (DEM), vice-presidente; Edvaldo Brito (PSD), Alfredo Mangueira (DEM), Kiki Bispo (PTB), Aladilce Souza (PCdoB), Marta Rodrigues (PT), Sidninho (PTN), Silvio Humberto (PSB), Tiago Correa (PSDB) e Joceval Rodrigues (PPS).

A Comissão de Revisão tem prazo de seis meses, para apresentar propostas que poderão integrar o projeto final de alteração da LOM; coordenar o recebimento, dar tratamento e desenvolver, nos prazos a serem definidos as reuniões das propostas de alteração da Lei; planejar e executar a elaboração da Proposta Final de Alteração da LOM, que será apresentada à Comissão Executiva e elaborar o parecer técnico da proposta final.


Vereadora Lorena Brandão

Vereadora chama a atenção para o cuidado com os animais

Ana Rita abordou o tema com gestores do Município



Foto: http://s.glbimg.com/jo/g1

No encontro com o secretário Cláudio Tinoco, a vereador Ana Rita Tavares (PMB) aproveitou para chamar atenção para a necessidade da organização do Carnaval atentar para os cuidados com os animais ao longo dos 25 km de circuito da folia. Concordando com as observações, o gestor comentou: "Além do impacto sonoro imposto a esses animais, devemos também nos preocupar com os locais em que eles estarão durante o carnaval. É importante preservá-los dessa exposição, pois sua audição é mais sensível que a nossa".

Tinoco ainda fez orientações à comunidade: "Ao chegar ou deixar o circuito, fiquem atentos a cães e gatos nas vias, ou até os que adentrem à festa. Caso encontrem algum animal perdido, procurem um dos postos da vigilância sanitária, Saltur ou algum dos nossos guardas municipais para que possamos recolher essa animal a um local seguro".

Trânsito

O cuidado com os animais no Carnaval também foi abordado pela vereadora Ana Rita em encontro com o superintendente de Trânsito de Salvador (Transalvador), Fabrizzio Müller, durante lançamento da campanha "Eu Freio para os Animais, quando ele destacou a estrutura montada pelo órgão para a festa.

"Pedimos atenção redobrada durante a travessia de pedestres e de animais, já que ambos estarão no carnaval. E se algum folião ver animais de grande porte no circuito, como equinos e bovinos, por exemplo, podem entrar em contato conosco. Estaremos com uma equipe de plantão para fazer a remoção desses animais, evitando, assim, algum tipo de acidente, tanto para pessoas quanto para os animais", alertou.

Sabá defende auxílio arquitetônico ao terceiro setor

Vereador argumenta que entidades são parceiras da gestão pública

Foi aprovado na Câmara Municipal de Salvador o Projeto de Indicação nº 76/2017, de autoria do vereador Sabá (PV), que tem como principal objetivo indicar a implantação de um programa voltado às entidades do terceiro setor. O intuito é prestar, de forma contínua, assistência técnica gratuita a projetos arquitetônicos para construção, ampliação ou reforma das sedes e dos espaços onde os serviços às comunidades são prestados.

Sabá entende que essas instituições, como parceiras da gestão pública, são da maior importância para o desenvolvimento do Município e, consequentemente, do cidadão.


Foto: Valdemiro Lopes

Vereador Sabá

Caráter social

"As organizações não governamentais, fundações, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas desenvolvem um papel de suma importância, que auxilia toda a população, principalmente pelo caráter social que elas exercem. Pensando assim, nada mais justo que essas instituições recebam o auxilio para melhorar os espaços onde atendem à comunidade", afirma o vereador.

De acordo com o projeto, as entidades caracterizadas como terceiro setor (organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que têm como objetivo gerar serviços de caráter público) também receberão encaminhamento e acompanhamento junto aos órgãos competentes, para a emissão da documentação pertinente, com o objetivo de realizar a regularização de seus espaços.

PROGRAMAÇÃO

TV CÂMARA SALVADOR
FUNDAÇÃO COSME DE FARIAS

Assista à TV Câmara Salvador pelo canal 10 da Sim TV e pelo canal aberto 61.4, em sinal digital.

Terça-feira, 21 de Fevereiro de 2017

	Programa	Sinopse
12h00	ADIVINHA ONDE É?- Palácio Rio Branco	No "Adivinha Onde É?", vamos mostrar o Palácio Rio Branco e um pouco da sua história.
12h23	GOSTO E DETESTO- Uber	Neste programa, vamos mostrar as preferências e reclamações em relação ao Uber.
12h26	Extra- Ordinário- Ver. Kiki Bispo (PTB)	No Extra-Ordinário de hoje, confira o bate-papo com o vereador Kiki Bispo (PTB) que fala sobre Turismo e outros temas.
12h27	OPINIÃO- Ver. Ana Rita Tavares (PMB)	A vereadora Ana Rita Tavares (PMB) dá sua opinião sobre vaquejada, liberdade dos animais.
12h50	QUEM FAZ O QUÊ?- Vendedor de Vinil	No "Quem Faz o Quê?", vamos mostrar o trabalho de um vendedor de vinil.
13h16	SOM NA CAIXA- Araketu	O Araketu agita este "Som Na Caixa" com a música "Pipoca".
13h19	Passaporte de Serviços- Jovem Aprendiz	Você sabe como funciona o Programa Jovem Aprendiz? Confira no Passaporte de Serviços de hoje.
13h42	OPINIÃO- Carnaval de Salvador 2017	Confira a opinião de Isaac Edington, presidente da Saltur, sobre o Carnaval de Salvador em 2017.
13h45	CÂMARA COMENTA - Dor (Parte I)	O que é dor? No Câmara Comenta de hoje você confere um debate sobre o assunto.
14h08	CÂMARA PRÁTICA- Poesia	Gosta de poesia? Quer aprender a fazer? O Câmara Prática te dá algumas dicas.
14h11	Extra-Ordinário - Iray Galrão	Confira o bate papo com a escritora de livros infantis, Iray Galrão.
14h34	SOM NA CAIXA- Banda SSA	A Banda SSA agita este Som na Caixa com a música "Mukifo".
14h37	QUEM FAZ O QUÊ?- Poeta	"Quem Faz o Quê?" de hoje é com o poeta Pareta Calderasch. Vale a pena conferir.
15h10	Opinião- Ver. Paulo Câmara	O vereador Paulo Câmara (PSDB) dá sua opinião sobre a violência contra a mulher.
15h13	SEM PEGADA- Violência (Parte I)	Os psicólogos Romero Magalhães e Silvana Bartilotti debatem no Sem Pagada de hoje, a violência contra a mulher.
15h36	GOSTO DETESTO- Clima de Salvador	Muito calor. Chuva fora de hora. Abafado demais. Confira o que a população gosta e detesta do clima de Salvador.
15h40	EXTRA-ORDINÁRIO- Ver. Felipe Lucas	Neste programa, o vereador Felipe Lucas (PMDB) fala sobre esportes e a prática de atividade física em Salvador.
16h03	CÂMARA PRÁTICA- Como fazer geladinho	Gosta de geladinho? Tem vontade de aprender? O Câmara Prática te dá algumas dicas.
16h06	ARTE EM TODA PARTE- Balé e músico clássico	O encontro de três artistas: Um bailarino e dois músicos, ambos de música clássica.
16h30	SOM NA CAIXA- Os Johnsons	Os Johnsons agitam este Som na Caixa com a música "Dia Triste".
16h33	CÂMARA COMENTA- Cotas	O professor de Direito da UFBA, Samuel Vital, juntamente com o analista e auditor do município, Hilton Sacramento, debatem sobre cotas nas universidades e concursos públicos.
16h56	OPINIÃO- Mais vagas na Universidades	O médico José Antônio fala da importância em aumentar o número de vagas nas Universidades Federais.
16h59	ADVINHA ONDE É?- Parque da Cidade	No Adivinha Onde É, vamos mostrar o Parque da Cidade e um pouco da sua história.
17h22	GOSTO, DETESTO- Elevador Lacerda	Neste programa, vamos mostrar as preferências e reclamações da população em relação ao Elevador Lacerda.
17h25	EXTRA-ORDINÁRIO- Ver. Maurício Trindade (DEM)	No Extra-Ordinário de hoje, confira o bate-papo com o vereador Maurício Trindade (DEM) que fala sobre atendimento odontológico público e outros temas.
17h48	SOM NA CAIXA- Bazouke	O Bazouke agita este Som na Caixa com a música "Toneladas de Desejos".

* Programação sujeita a alteração sem aviso prévio.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

EMENDA Nº 34 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO SALVADOR
Altera a Lei Orgânica do Município de Salvador e dá outras providências.

A Mesa da Câmara Municipal do Salvador faz saber que o Poder Legislativo Municipal promulga e manda publicar, para os devidos efeitos, a seguinte **Emenda à Lei Orgânica do Município**:

Art. 1º Dê-se ao artigo 31 da Lei Orgânica do Município a seguinte redação:

"Art. 31. O Vereador poderá licenciar-se:

I - para desempenhar funções de Ministro de Estado, Secretário do Estado da Bahia, Secretário do Município da Cidade de Salvador, Superintendente, Diretor-Presidente e Presidente de autarquias, empresas públicas e de sociedade de economia mista da União, dos Estados e do Município da Cidade de Salvador, incluindo a assunção de cargos eletivos de suplência e/ou por decisão judicial provisória, enquanto perdurar esta condição;

II - a licença de que trata este artigo estende-se aos cargos de superintendências regionais da União e aos cargos, inclusive regionais, de Presidente, Superintendente, Diretor Executivo, Diretor-Superintendente e Diretor-Geral das entidades parestatais criadas por lei.". (NR)

Art. 2º Suprima-se a alínea "b" do inciso II do art. 24 da Lei Orgânica do Município.

Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 15 de fevereiro de 2017.

Leonardo Prates
Presidente

Antônio Carolino Filho
1º Secretário

Joceval Rodrigues
2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL

ATA

6ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

PRESIDENTE: VEREADOR LEO PRATES
1º SECRETÁRIO: VEREADOR TOINHO CAROLINO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR JOCEVAL RODRIGUES

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FELIPE LUCAS, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, IGOR KANNÁRIO, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LÉO PRATES, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROGÉRIA SANTOS, SABÁ, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TIAGO CORREIA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior. Discutiu a Ata o vereador José Trindade, para dizer que, por parte da Oposição, não havia acordo com relação à votação do Projeto sobre o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), e também para esclarecer que seu comentário sobre a torcida do Vitória, feito na Sessão anterior, não desabonava essa torcida nem o clube, mas apenas analisava o futuro fluxo da via em construção na região do estádio do Vitória. O senhor presidente pôs em votação a retificação. Pela ordem, o vereador José Trindade pediu que a votação fosse nominal. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal disse que ele e outros edis votariam contra a retificação, por entenderem que o texto da Ata refletia o que fora dito. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza disse que discutir e retificar a Ata é direito dos vereadores. Em votação, a retificação foi aprovada, contra o voto do vereador Henrique Carballal. Aprovada a Ata com a retificação, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 94 e 95/17 do vereador Toinho Carolino, 96/17 do vereador Alfredo Mangueira, 97/17 do vereador Carlos Muniz e 98/17 da vereadora Marta Rodrigues; Projetos de Indicação n.s 100/17 da vereadora Rogéria Santos e 101/17 do vereador Cezar Leite; Projetos de Resolução n.s 12 e 13/17 do vereador Luiz Carlos de Souza, 14/17 do vereador Henrique Carballal e 15/17 do vereador Leo Prates; Requerimento Especial n. 133/17 do vereador Orlando Palhinha; e Moção n. 6/17 do vereador Toinho Carolino. Terminada a leitura do Expediente, nos **Registros**, a vereadora Marta Rodrigues declarou que tentou discutir a Ata no momento oportuno. Afirmou que a informação dada pelo vereador Henrique Carballal, na Sessão anterior, sobre o fechamento da Escola Satélite não procedia, segundo a Secretaria de Educação do Estado. Explicou que, contrariamente a isso, previa-se aumento de vagas para o ano seguinte e considerou haver tentativa de atacar a Educação estadual. Afirmou que o trabalho do Estado atendia a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação e promovia o Ensino Fundamental nos 417 Municípios baianos, o que envolvia 100 mil alunos, e disse que a Secretaria de Educação promovia atendimento específico para alunos com deficiência. O senhor presidente informou que os *tablets* dos vereadores já estavam disponíveis para o acompanhamento da Ordem do Dia, e orientou os edis que ainda não tivessem o equipamento a procurar o Diretor Legislativo. Pela ordem, o vereador Orlando Palhinha reclamou da disposição tumultuada de pessoas no recinto do Plenário. O senhor presidente considerou que o espaço físico era reduzido para comportar todos os vereadores, cada um acompanhado de um assessor, além dos profissionais da Casa e dos profissionais da imprensa, e opinou que a saída era planejar um espaço maior. Em seguida, saudou a presença do vereador Geraldo Júnior, que momentaneamente não exercia o mandato por ser secretário municipal de Trabalho, Esportes e Lazer. O vereador Luiz Carlos Suíca, dirigindo-se aos membros do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza Pública do Estado da Bahia (Sindilimp), declarou-se contra o REDA, por ver nele prejuízo ao trabalhador, e lembrou sua luta, anos atrás, para que ele não fosse implementado no Município. Comentou sobre os problemas dos trabalhadores causados por irregularidades em questões contratuais e atrasos de salário, entendendo que as empresas não cumpriam seu papel, e lamentou que, diante disso, a Prefeitura optasse por criar o REDA. O vereador Carlos Muniz elogiou o presidente Leo Prates; pediu que ele não tirasse o brilho de sua atuação com a votação do Projeto do REDA; e disse que nunca votaria contra trabalhadores. Relatou pergunta feita ao técnico da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE) enviado para esclarecer a matéria, pela manhã, sobre se o depósito do FGTS continuaria a ser realizado para os contratados através do REDA, e informou que a resposta foi "não", o que criticou. Contou que havia a possibilidade de uma greve dos rodoviários justamente devido à falta desse depósito; considerou o projeto nocivo aos trabalhadores; e a ele registrou seu voto contrário. A vereadora Aladilce Souza comentou sobre a reunião da bancada de Oposição com o técnico da SEMGE pela manhã e externou sua frustração, afirmando não haver justificativa para o Projeto, já que o REDA só deve ser utilizado em casos excepcionais. Registrou que, antes, o Executivo enviara Proposição extinguindo o cargo de técnico e, agora, propunha contratação da mesma função através de REDA e de forma ilimitada, lembrando que a lei em vigor prevê o limite de 5% das funções de carreira, o que a nova proposta altera. Avaliou que a Prefeitura estava querendo usar o REDA para contratar cargos de natureza permanente e defendeu a realização de concurso público. O vereador José Trindade considerou o Projeto mais uma maldade do prefeito com a Cidade e criticou o envio de um técnico para esclarecê-lo aos vereadores, em vez do secretário da Pasta. Disse que o técnico não soube informar precisamente alguns dados importantes, como o número de terceirizados que seriam dispensados, e opinou que a Prefeitura estava usando o REDA com finalidade equivocada, sendo o Projeto um "cheque em branco". Mencionou as críticas ao Centro de Convenções, ponderando-as com a situação das barracas de praia, a qual considerou mal resolvida, e ressaltou ser contra retirar direitos dos trabalhadores. O vereador Sidninho parabenizou o vereador Cezar Leite por Projeto de Indicação a favor da isenção e do parcelamento do ITIV. Criticou o Executivo, que considerou estar normatizando o setor imobiliário, obrigando o pagamento antecipado do ITIV, e disse que cobraria uma solução para essa situação. O senhor presidente informou o início da reforma da nova sala para o trabalho dos edis. O vereador Sílvio Humberto parabenizou a mobilização dos trabalhadores terceirizados e afirmou que a gestão municipal fazia economia com o bolso alheio. Criticou que as empresas terceirizadas protelassem os pagamentos devidos, enquanto as despesas dos seus empregados não podiam ser atendidas pela falta de salário. Declarou o apoio do PSB a esses trabalhadores e considerou a Reforma Trabalhista uma ameaça. Explicou que, como economista, não encontrou um só número que justificasse o REDA como solução para economizar. O vereador Hilton Coelho afirmou que os trabalhadores não abririam mão de sua dignidade; qualificou o REDA como cruel; e observou que os terceirizados já têm uma trajetória laboral. Contou informação de que alguns deles recebiam aviso-prévio durante a madrugada e lembrou período em que a Casa recebia muitos desses trabalhadores, o que via se repetir neste momento. Sobre o argumento de que o REDA já existe, considerou que se estaria propondo o seu alargamento. Concluiu dizendo que o PSol entraria com representação contra as demissões dos terceirizados. Em comunicação inadiável, o vereador Vado Malassombrado informou que o vice-prefeito expôs, em Brasília, o programa *Morar Melhor*, o qual se originou Projeto de sua autoria, e poderia ser adotado pelo Presidente da República. O vereador Moisés Rocha declarou que acompanharia a sua bancada no voto contrário ao REDA, dizendo que votaria contra qualquer medida que trouxesse precarização à relação de trabalho, e relacionou essa medida à Reforma da Previdência, pelo prejuízo ao trabalhador. Solidarizou-se ao Sindilimp quanto à busca de melhores condições de trabalho. O vereador Hélio Ferreira parabenizou o presidente pela atuação e agradeceu aos membros da Comissão de Transportes por sua eleição para presidente do colegiado. Em seguida, comentou sobre o projeto *Mobilidade para Todos*, que pretende atender pessoas desempregadas, estudantes de escolas públicas e idosos, bem como os rodoviários, visando à integração entre os diferentes modais. Mencionou a atenção às condições de saúde dos rodoviários nos terminais; parabenizou a implantação dos novos modais; defendeu a inserção dos rodoviários na discussão sobre os modais; e lembrou do estado de greve da categoria. Pela ordem, o vereador José Trindade, citando o art. 118 do Regimento Interno (RI), disse que as matérias acordadas pelo Colégio de Líderes para votação foram o Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município (LOM) e o Projeto de Decreto Legislativo em pauta. O senhor presidente disse que não era isso que estava consignado na Ata da Reunião. O vereador Henrique Carballal disse que a pauta da Sessão, como apresentada, fora apreciada e acordada por maioria, no Colégio de Líderes, e que o líder da Oposição tentava obstruir os trabalhos. O senhor presidente lembrou que a Ordem do Dia estava publicada desde a manhã do dia anterior. O vereador Carlos Muniz voltou a dizer que o presidente vinha realizando um excelente trabalho e pediu que ele não prejudicasse essa trajetória em razão

de interesse do Executivo. O senhor presidente respondeu que prometera seguir o RI, o qual estabelece que tanto o Colégio de Líderes quanto o presidente podem definir a pauta, inclusive prevendo a convocação extraordinária, pelo prefeito, para apreciação de dada matéria. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza, invocando o art. 146 do RI, concordou quanto à atuação da Presidência; disse não ter havido acordo e, sim, decisão da maioria; e que a Oposição não concordava com a votação do Projeto sobre o REDA. O senhor presidente observou que não havia como obter consenso no Colégio de Líderes. Passando-se à **Ordem do Dia**, o Projeto de Emenda à LOM n. 01/16 foi discutido, votado e aprovado, em 2º turno, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Carlos Muniz, Hilton Coelho, José Trindade, Luiz Carlos Suíca, Marta Rodrigues e Sílvio Humberto. Pela ordem, o edil José Trindade leu o art. 1º do Ato das Disposições Transitórias da LOM e questionou o número de votos, dizendo não ter havido 29 votantes favoráveis. Anunciada a apreciação do Projeto de Lei Complementar n. 02/16 (sobre o REDA), o vereador Edvaldo Brito informou ter apresentado uma Emenda, cujo processamento solicitou, na forma regimental. Iniciando a discussão, a vereadora Marta Rodrigues disse que o senhor presidente deveria garantir o debate que não ocorrera quanto ao Projeto anteriormente aprovado, e afirmou que o Projeto em discussão desrespeitava os trabalhadores, ao lado de quem ela se colocava. Criticou a falta de limite para contratações pelo REDA e lembrou que funções temporárias só se justificam ante necessidades excepcionais. Leu o texto do Projeto e apontou cargos que, por natureza, entendia que não poderiam ser preenchidos sob REDA, e disse que, em vez de promover essa medida, o prefeito deveria se preocupar com os trabalhadores terceirizados. Pela ordem, o vereador José Trundade invocou previsão regimental pela qual o Projeto não poderia ser votado sem prévia audiência pública, e pediu a suspensão da votação. O senhor presidente indeferiu o pedido. O vereador Hilton Coelho indagou quais vereadores votaram contra e quais votaram a favor do Projeto de Emenda à LOM, e disse que o que se via na Sessão não podia ser a lógica das votações. Opinou haver uma "onda institucional" de que os trabalhadores deveriam ser "reescravizados" e comentou encontro havido pela manhã, com a presença de desembargadores, juízes e conjunto de movimentos sociais, que discutiram o que se pretendia fazer com a legislação trabalhista e a prevalência do negociado sobre o legislado, afirmando que abrir mão de direitos trabalhistas consolidados seria uma séria ameaça à relação capital-trabalho. Considerou o Projeto do REDA a porta de entrada para a generalização dessa forma de contratação no Município e criticou o Projeto que, no passado, extinguiu os cargos técnicos. Registrou seu voto contrário ao Projeto e afirmou que a votação seria ilegal, indagando como seria possível preencher, com o REDA, cargos que haviam sido extintos. Pediu respeito aos terceirizados e a realização de concurso público. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suíca parabenizou o orador pela fala e considerou, quanto ao REDA, não ser possível comparar o que se pretendia no Município com o que fora feito pelo Estado, explicando que, na esfera estadual, o Ministério Público do Trabalho (MPT) mediou a situação. Disse ainda que o assunto não foi debatido com os trabalhadores municipais; que o REDA não resolveria o problema da economia; e que os trabalhadores, após dois anos, seriam demitidos. Retomando sua fala, o orador reiterou seu posicionamento a favor do concurso público e considerou que o uso do REDA pelo Governo do Estado também era criticável. Pela ordem, o vereador José Trindade invocou o art. 140 e, na sequência, o art. 133, inciso I, para indagar qual dispositivo regimental estabelece que o vereador deve apartear sentado. O senhor presidente chamou o próximo orador inscrito enquanto o apoio técnico buscava o dispositivo. A vereadora Aladilce Souza declarou-se chocada com a atitude do senhor presidente, que relacionou a legislaturas antigas. Sugeriu que ele não se lastreasse nesse tipo de postura para cumprir o seu papel, e lembrou que ele garantira a fala de todos os líderes. Explicou que a Oposição questionava sobre a falta de excepcionalidade dos serviços e sobre o fato de o gasto com o pessoal estar abaixo do limite. Considerou que a economia não justificava a demissão dos terceirizados, e disse que o técnico sequer sabia dizer qual a quantidade e o custo desses trabalhadores. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suíca lembrou que o senhor presidente prometera o reforço da democracia, e disse crer que haveria tempo para ele seguir essa determinação. Em aparte, o vereador Paulo Magalhães Júnior elogiou a oradora e pediu-lhe que não fosse injusta no uso de alguns conceitos. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza disse que o Projeto era inconstitucional e pediu a suspensão da votação. O senhor presidente respondeu a questão de ordem do vereador José Trindade, explicando que o aparte deveria ser feito com o vereador em pé. O vereador Sílvio Humberto criticou a estratégia de se extinguir o cargo de técnico e reeditá-lo com outra nomenclatura, e o fato de o REDA, que deveria ser exceção, passar a ser regra. Contou que o Projeto não apresenta os custos nem a economia pretendida – aspectos que considerou fundamentais para a tomada de decisão –, mas aborda a economicidade, que é critério subjetivo. Lembrou que a Prefeitura costuma ressaltar sua autonomia financeira e mencionou a elevação da arrecadação com o aumento do IPTU – que considerou brutal –, e o não-parcelamento do ITIV. Mencionou também os muitos processos de revisão do IPTU e lembrou que os servidores municipais não tiveram aumento salarial. Afirmou que estavam a penalizar os terceirizados, cuja importância para o funcionamento das escolas municipais ressaltou. Também defendeu a realização de concurso, afirmando que o REDA representa insegurança para o trabalhador e não resolveria o problema. Criticou a não-formação de um quadro de servidores permanentes, lembrando que as pessoas passam, e defendeu a gestão do conhecimento. Disse que Salvador continuava ostentando o título de capital do desemprego e de cidade mais desigual, e pediu discussão sobre as alternativas econômicas para a Cidade. Criticou a cultura clientelista, cogitando que a seleção do REDA poderia se dar através da entrega de currículos; voltou a defender o concurso público; e enalteceu a democracia. O vereador Carlos Muniz disse que parte dos questionamentos do vereador José Trindade não fora respondida e lamentou que o técnico incumbido de explicar o REDA à Casa não tivesse informações essenciais. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suíca associou-se quanto ao técnico e disse que não havia controle da Prefeitura sobre a questão. Sugeriu, para economizar, medidas como a redução dos contratos das empresas terceirizadas, evitando-se prejuízo ao trabalhador. O vereador Carlos Muniz afirmou que os projetos do Executivo sobre trabalhadores geravam a presunção de serem nocivos, e por isso ele sempre votaria contra tais projetos. Em aparte, associou-se a vereadora Ana Rita Tavares, afirmando haver falácia sobre economia. O orador disse que o técnico deixou claro que o Projeto seria dimensionado no âmbito do Executivo. Em aparte, o vereador Joceval Rodrigues disse que o Projeto era bem claro, e o orador concluiu dizendo que ele deveria ser revisto. O vereador José Trindade pediu que fosse registrado que a votação anterior fora feita de forma incorreta. Disse que o Projeto estava ferindo o art. 48 da LOM, por não ter sido realizada audiência a seu respeito, e comentou sobre sua tramitação em poucos dias, lembrando o recesso legislativo de janeiro. Considerou que o Executivo impunha o Projeto à Casa, sem os devidos debates, e afirmou que as dúvidas persistiram mesmo após a reunião com o técnico da SEMGE. Repetiu que o trabalhador do REDA não teria direito ao FGTS e avaliou que a bancada de Governo se calava e sequer defendia a matéria, criticando a linha de subserviência ao prefeito. Em aparte, o edil Carlos Muniz opinou que a escolha dos trabalhadores seria realizada por parâmetro curricular e que, portanto, apenas entrariam os apadrinhados, numa espécie de "corredor da alegria". Em aparte, o edil Luiz Carlos Suíca disse compreender a angústia de todos e criticou o desencontro de informações sobre os números da economia que o Projeto faria. Em aparte, o vereador Téo Senna indagou sobre a contratação de 15 mil "REDAs" na Secretaria de Educação do Governo do Estado e acusou alguns vereadores de "terem REDA" em diferentes áreas do Governo. O orador respondeu que o Estado contratava através do REDA em situações emergenciais. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza refutou a acusação de que teria REDA na Secretaria da Saúde. Foi solicitada a prorrogação da Sessão por 30 minutos. O vereador Sidninho pediu que os direitos trabalhistas dos terceirizados fossem respeitados e contou ter participado de reunião com membros do Sindicato deles, ouvindo suas solicitações. Criticou o prefeito pela postura quanto a direitos trabalhistas. Em aparte, o vereador Kiki Bispo disse que o Governo do Estado era "campeão" em promover contratações através do REDA e pediu cuidado aos vereadores Aladilce Souza e Carlos Muniz por negarem esse fato. O orador disse que o Governo se preocupava com os trabalhadores e que, por isso, sempre realizava contratações. Em aparte, o vereador Carlos Muniz disse que não estava defendendo o Governo, mas que seria contra qualquer medida que desfavorecesse o trabalhador. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza associou-se ao orador; disse que o Governo do Estado em breve faria contratações através de concurso público; e repudiou que o prefeito de não considerasse a situação emergencial dos trabalhadores terceirizados. O orador considerou um disparate os terceirizados terem seus direitos usurpados. Em aparte, o vereador Tiago Correia anunciou que, desde 2015, existia a promessa do Governo em contratar por concurso e afirmou que, durante os doze anos de governo petista, só ocorreram contratações por REDA. Em aparte, o vereador José Trindade disse que o governo do PT já realizou contratações através de concurso, ao contrário da gestão do atual prefeito. Em aparte, o vereador Duda Sanches reforçou a necessidade do REDA. O vereador Sidninho, por fim, questionou como seriam garantidos os direitos dos trabalhadores quando contratados através desse Regime. O vereador Henrique Carballal orientou a bancada de Governo a votar a favor do Projeto e disse que a Oposição tentavam negar os benefícios aos trabalhadores que ele trazia. Contou ter intermediado diálogo entre o sindicato dos trabalhadores e o prefeito, em que este levou em consideração o que aqueles pleiteavam. Sobre números, explicou que a Prefeitura tinha 11 mil terceirizados, e disse que os oposicionistas pareciam defender os empresários que os empregavam. Sobre o "corredor da alegria", afirmou que a Oposição tinha experiência em "cabides de emprego". Explicou ainda que a contratação pelo REDA seria aberta por edital. Informou haver três Emendas a serem votadas junto com o Projeto, duas de sua autoria e uma do vereador Edvaldo Brito, cujo teor explicou. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo disse que a base normativa da Casa não era LOM, e sim, o RI. Pela ordem, o vereador José Trindade indagou se a LOM era menor que o RI. O senhor presidente disse que a Casa seguia suas normas, com o RI pautando seu trabalho, e lamentou que se suscitasse conflito normativo, observando que projetos foram aprovados à unanimidade em observância unicamente ao RI. Disse ainda que o Diretor Legislativo estudaria as questões trazidas. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues considerou que o senhor presidente não poderia fazer uso da palavra. O vereador Kiki Bispo louvou a discussão, mas disse que o vereador José Trindade questionava decisão do Colégio de Líderes que deveria ser acatada, por constar no RI, o qual considerou estar sendo "rasgado" por ele e, também, pelo vereador Carlos Muniz. Afirmou que o REDA seria aprovado com o objetivo de gerar empregos e que estaria proporcionando um avanço nessa área, diante da crise econômica promovida pelo governo petista. Em aparte, o vereador Joceval Rodrigues se associou ao orador e questionou o motivo de o Estado poder contratar por REDA e o Município, não. Disse que a Prefeitura adotava uma postura legal com um Projeto que estabelecia um limite e beneficiaria a população. O senhor presidente informou que uma comissão especial seria composta para revisar a LOM e que, diante da antinomia, fariam as duas discussões. Informou, ainda, que, por não haver tempo regimental, cada vereador inscrito para a 2ª discussão teria 3 minutos para se pronunciar. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza discordou da decisão, defendendo a manutenção do tempo de 10 minutos para cada orador. Pela ordem, o vereador Carlos Muniz solicitou verificação de *quorum* nominal. Após a verificação, a matéria foi aprovada em 1ª Discussão, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Carlos Muniz, Hélio Ferreira, Hilton Coelho, José Trindade, Luiz Carlos Suíca, Marta Rodrigues, Sidninho e Sílvio Humberto. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues pediu que, na 2ª Discussão, fossem mantidos os 10 minutos para cada orador, e o edil José Trindade leu o §1º do art. 111 do RI, sobre o tempo destinado às discussões. O senhor presidente indeferiu o pedido e reiterou que cada orador teria 3 minutos. Em 2º Discussão, o vereador Carlos Muniz criticou a decisão sobre o tempo de fala; lembrou que a base do Governo tinha maioria; pediu respeito ao RI; e considerou que o presidente estava sendo mal orientado. Pela ordem, o vereador José Trindade afirmou que o §3º do art. 148 do RI era expresso em dispor sobre o tempo de fala e pediu o cumprimento do diploma. O senhor presidente leu o §2º do mesmo dispositivo, sobre a discussão global, e reiterou não haver previsão regimental, no caso, para a 2ª discussão. A vereadora Aladilce Souza disse que não havia democracia e retomou aspectos regimentais discutidos em questão de ordem. O senhor presidente indagou se queriam seguir o RI ou a LOM, observando que ambos traziam perspectivas distintas, e destacando que o Plenário era soberano e poderia decidir a questão com 22 votos. A vereadora Aladilce Souza prosseguiu dizendo que as Emendas eram desconhecidas e, quanto ao REDA, que o prefeito não tinha planejamento. Pela ordem, o vereador José Trindade pediu um tempo para que a Oposição se reunisse para conhecer o teor das Emendas, o que não foi deferido pelo senhor presidente. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal pediu que o senhor presidente não tolerasse provocações. O vereador Sidninho reforçou o respeito aos direitos dos trabalhadores terceirizados e concedeu o restante do seu tempo de fala ao vereador Carlos Muniz, que reiterou a nocividade do Projeto. A vereadora Marta Rodrigues afirmou que o parlamento é a casa da democracia e, etimologicamente, *parlamento* se refere a local de se falar (*parlare*). Disse que o líder do Governo precisava respeitar a Oposição e primar pelo debate, que lembrou estar sendo transmitido e cuja importância ressaltou. O vereador Carlos Muniz opinou que o presidente não viera preparado para a votação do Projeto, já que não sabia que haveria de ter duas discussões, e disse elogiar o seu trabalho até o momento. Afirmou que não era dessa forma que se fazia democracia e que só ouvia falarem do Governo do Estado. O vereador Sílvio Humberto lembrou os debates da Superterça e lamentou que um tema tão importante tivesse tempo tão exíguo para sua discussão, e reiterou críticas anteriores. O vereador Hilton Coelho disse que o entendimento da Oposição era pela superioridade da LOM sobre o RI; considerou arbitrária a decisão sobre 3 minutos de fala; e anteviu a judicialização da questão. O vereador José Trindade disse que o vereador Leo Prates era um vereador democrático e ponderou sobre a influência do prefeito e do líder do Governo em sua atuação na Presidência. Considerou que ele rasgara o RI e disse que quem tem maioria não precisava agir da forma como agiam. Em seguida, pediu a sus-

pensão da Sessão por 30 minutos, para a Oposição analisar as Emendas apresentadas, e refutou a informação de que haveria "REDAs" no Governo do Estado, afirmando que renunciaria se isso se confirmasse. O senhor presidente mencionou o conteúdo das Emendas. Pela ordem, o edil José Trindade invocou o art. 154 do RI, sobre a apresentação de emenda em Plenário e o consequente retorno do Projeto às Comissões para, em 72 horas, emissão de parecer. O senhor presidente mencionou o acordo no Colégio de Líderes e o regime de urgência, e leu o art. 149 do RI. Findas as discussões, as Emendas foram relatadas pelo vereador Paulo Magalhães Júnior, que emitiu Parecer conjunto pela aprovação. Colhendo-se os votos, no âmbito das Comissões, as Emendas foram aprovadas, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza (que pediu vistas do processo, o que lhe foi negado); Luiz Carlos Suíca (que citou o art. 154 do RI, afirmando ser vedado parecer em Plenário); Sidninho; e Marta Rodrigues (que também mencionou o art. 154 e repudiou o processo, considerando-o autoritário). O Projeto de Lei Complementar n. 02/17 foi aprovado em 2ª discussão, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Carlos Muniz, Hélio Ferreira, Hilton Coelho, José Trindade, Luiz Carlos Suíca, Marta Rodrigues, Sidninho e Sílvio Humberto. Declarando voto, a vereadora Aladilce Souza reiterou suas críticas e ressaltou os mais de dez mil trabalhadores a serem contratados pelo REDA. O edil Luiz Carlos Suíca pediu que o *slogan* da campanha do presidente fosse resgatado, considerando ter havido cerceamento de fala e dizendo ser tempo de a Casa recuperar a harmonia. Ressaltou que não votaram contra o trabalhador, mas, contra o Projeto. O senhor presidente declarou-se satisfeito com o processo, afirmando ter recebido críticas de ambas as bancadas, e lembrou que esse Projeto já havia sido retirado de pauta. O vereador José Trindade pediu que tornassem o processo nulo, destacando que o último parágrafo de Parecer dado por Comissão ressalvava a favorabilidade ao Projeto desde que ele fosse aprovado com duas emendas, anteriormente apresentadas. O senhor presidente explicou que essas emendas eram incorporadas ao Parecer e mencionou o art. 139 do RI sobre o tempo destinado às declarações de voto. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior pediu a contradita em razão de comentário sobre a atuação da CCJ. O senhor presidente pediu que ele falasse após as declarações de voto. A vereadora Marta Rodrigues disse que o Projeto era uma excrescência e que não aceitaria a chantagem de que ir à Justiça prejudicaria os trabalhadores, afirmando que eles sabiam de que lado os vereadores da Oposição estavam. Por fim, criticou a forma como a Sessão foi conduzida. O vereador Sílvio Humberto exaltou o combate democrático da Oposição e o posicionamento por ela tomado em favor do trabalhador, e lamentou o cerceamento às falas, considerando haver farsa de parlamento. O vereador Carlos Muniz disse que o senhor presidente é homem de palavra e não poderia ter cortado falas e desatendido pedidos em questões de ordem. O senhor presidente leu artigo regimental sobre a atribuição do presidente de decidir sobre questões de ordem. O vereador Duda Sanches disse que o senhor presidente atuava de mãos dadas com a lei. Associou-se o vereador Alexandre Aleluia, dizendo que via na tensão ocorrida um sinal de democracia. Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo n. 02/17, o vereador José Trindade disse que sua bancada não discutiria sobre esta Proposição e expressou sua confiança no trabalho feito, no qual via a modernização da Casa. O Projeto de Decreto Legislativo n. 02/17 foi votado e aprovado até a Redação Final. A vereadora Aladilce Souza lembrou de, no passado, ter chamado a atenção para a incongruência entre dispositivos do RI e da LOM, e considerou essa a razão para o que viram nesta Sessão. Ademais, disse que poderiam votar o Projeto em discussão, desde que houvesse o compromisso de poderem alterar algo posteriormente. O senhor presidente assentiu; corroborou sobre o problema com a LOM; e informou que, até sexta-feira, comporiam uma comissão para tratar dessa questão. O vereador Paulo Magalhães Júnior refutou a impossibilidade de haver parecer em Plenário, explicando que essa postura, na Legislatura passada, deu-se em razão de o vereador Leo Prates ser muito democrático, e que o contrário é prática antiga na Casa. Disse que o vereador Leo Prates, agora como presidente, fora mais uma vez bastante democrático ao realizar a 2ª discussão do Projeto sobre o REDA, quando poderia ter enviado o questionamento à CCJ, cuja competência para dirimir dúvidas é prevista regimentalmente. O vereador José Trindade afirmou que o presidente deve cumprir a Lei e que não foi benesse alguma o que fizera, e ressaltou estar proibido, no novo RI, parecer verbal. A vereadora Marta Rodrigues mencionou a boa técnica legislativa, afirmando que a discussão um direito e não, uma concessão. Foram ainda votados e aprovados até a Redação Final, os Projetos de Lei n.s 10/17 (com Emenda; com Parecer em Plenário; contra o voto do vereador Hilton Coelho), 16/17 (com Emenda e Parecer em Plenário), 32/17 (com Emenda e Parecer em Plenário), 34/17 (com Parecer em Plenário), 58/17 (com Parecer em Plenário), 60/17 (com Parecer em Plenário) e 81/17 (com Emenda e Parecer em Plenário); os Projetos de Indicação n.s 229/16, 231/16, 233/16, 234/16 e 235/16, o Substitutivo ao Projeto de Indicação n. 337/16 e os Projetos de Indicação n.s 338/16, 339/16, 343/16, 45/17, 46/17, 47/17, 48/17, 49/17, 50/17, 51/17, 52/17, 53/17, 54/17, 55/17, 56/17, 57/17, 58/17, 59/17, 60/17, 61/17, 62/17, 63/17, 64/17, 65/17, 66/17, 67/17, 68/17, 69/17, 70/17, 71/17, 72/17, 73/17, 74/17 e 75/17. Foram também votados e aprovados os Requerimentos n.s 19/17, 107/17, 110/17, 112/17, 113/17, 114/17, 115/17, 116/17, 117/17, 118/17, 119/17, 120/17, 121/17, 122/17,123/17 (contra os votos dos vereadores Alexandre Aleluia, Cátia Rodrigues, Joceval Rodrigues e Ricardo Almeida), 125/17, 126/17, 127/17, 128/17, 129/17, 130/17, 131/17 e 132/17. O vereador Edvaldo Brito agradeceu ao vereador Henrique Carballal por haver orientado a bancada de Governo a votar a favor da sua Emenda, destacando que ela vinha de um vereador independente e que representava o segmento da saúde. Observou que médico também é trabalhador e disse que defender esse profissional é defender a população, o que considerou corresponder ao interesse público, que afirmou dever estar acima de posições sistemáticas governistas ou de oposição. O senhor presidente elogiou a atuação do vereador José Trindade durante a votação e disse que, embora tivesse, nesta Sessão, desagradado Oposição e Governo, saía agradando a sua consciência. O vereador Luiz Carlos de Souza observou que os edis permaneciam aguardando as declarações de voto, o que elogiou; parabenizou o senhor presidente e as lideranças pela atuação; e afirmou que o PRB também cumprira o seu papel, votando a favor do Projeto do REDA e, com ele, dando oportunidades a muitos trabalhadores. O senhor presidente agradeceu ao líder da Oposição pela votação do Decreto, afirmando que ele era para todos; externou profundo respeito à Oposição, destacando os conselhos da vereadora Aladilce Souza; agradeceu também o apoio do líder do Governo; destacou sua primeira experiência, na Presidência, em momento tão polêmico; e, nada mais havendo, declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registro do vereador Teo Senna.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

ATO Nº 021/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições

Resolve:

Designar a Sra. Vereadora Aladilce Souza como Coordenadora Executiva do Projeto Câmara Itinerante.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 20 de fevereiro 2017.

LÉO PRATES
Presidente

ATO Nº 022/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições

Resolve:

Designar o Sr. Vereador Sílvio Humberto como Coordenador do Selo Editorial Castro Alves.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 20 de fevereiro 2017.

LÉO PRATES
Presidente

VEREADOR (A) LICENCIADO (A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
CÁTIA RODRIGUES	14/02/2017	Art.17, inciso II, Res. 910/91 (Compilação)
PAULO CÂMARA	13 a 15/02/2017	Art.17, inciso IV, Res. 910/91 (Compilação)

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

CONVOCO, COM BASE NO ART. 35, INCISO VI E O ART. 102, § 6º, AMBOS DO REGIMENTO INTERNO, UMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA COM O OBJETIVO DE APRECIAR O PROJETO DE LEI Nº 61/2016 que Revoga a Lei nº 2.459 de 30 de janeiro de 1973, e dá outras providências, **PARA O DIA 09 DE MARÇO ÀS 09:30 H.**

Publique-se,
Em, 20/02/2017

LÉO PRATES
PRESIDENTE

acesse o portal da Câmara Municipal de Salvador
www.cms.ba.gov.br
www.twitter.com/camarasalvador www.facebook.com/camaradesalvador



O Memorial está aberto à visitação pública e gratuita de segunda a sexta, das 9h às 12 h e das 14 h às 17 h.